

GESTÃO DO PATRIMÓNIO PÚBLICO

Licenciatura em Gestão Pública

Licenciatura em Gestão Pública (Regime Ensino Distância)

Código: 16805

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Administrativas e Fiscais

Docente: Eva Cristina da Silva Gonçalves Macedo

Idioma de Instrução: Português

Regime: S1

Carga Letiva: 45h Carga Trabalho: 81h

ECTS: 4,5

Objetivos

Módulo I . Direito:

Orientar-se-ão os alunos para que, no final desta Unidade Curricular, dominem os principais conceitos e legislação relacionados com o regime jurídico do Património Público Português, sendo capazes de resolver casos práticos sobre a matéria, designadamente sejam capazes de:

- Caracterizar o conceito de dominialidade;
- Conhecer a evolução histórica da dominialidade;
- Conhecer as formas de aquisição e perda da dominialidade;
- Distinguir domínio privado de domínio público;
- Conhecer o regime jurídico dos bens do domínio público;
- Conhecer e aplicar o regime jurídico do património imobiliário público.

Módulo II - Gestão:

1. Conceito e tipologia

- Instituições e políticas
- A gestão do património no contexto da atividade administrativa
- A gestão do património e o desenvolvimento sustentável

2. A gestão do património imobiliário

- Coordenação da gestão do património imobiliário

- Sistema de informação dos imóveis do Estado

Resultados da Aprendizagem

Os estudantes serão dotado de meios para que dominem os principais conceitos e legislação relacionados com o regime jurídico e contabilístico do Património Público Português, sendo capazes de resolver casos práticos sobre a matéria, designadamente:

1) Direito:

Caracterizar o conceito de dominialidade;
Conhecer a evolução histórica da dominialidade;
Conhecer as formas de aquisição e perda da dominialidade;
Distinguir domínio privado de domínio público;
Conhecer o regime jurídico dos bens do património público autárquico.

2) Contabilidade:

Compreender o posicionamento da gestão do património;

Conhecer os fins, formas e meios de gestão e administração do domínio público e privado do património do Estado;
Conhecer as entidades com competência para a gestão do domínio público e privado do património do Estado;
Compreender o estabelecido no SNC-AP quanto ao reconhecimento e mensuração do património autárquico;

Analisar os principais procedimentos associados à inventariação do património autárquico;

Entender o controlo dos ativos fixos tangíveis na esfera das Autarquias Locais.

Conteúdos Programáticos

Módulo I - Direito:

INTRODUÇÃO

Capítulo I - Bens do Domínio Público

1. Tentativa de alcançar uma noção de "coisa"
2. O critério da Dominialidade
 - 2.1. O Domínio Público e a Constituição da República Portuguesa
 - 2.2. Domínio Público e Domínio Privado
 - 2.3. Identificação das Coisas Públicas
3. A Gestão do Domínio Público

4. Aquisição, Modificação e Extinção do Estatuto da Dominialidade

4.1. A Aquisição do Estatuto da Dominialidade

4.2. A Modificação do Estatuto da Dominialidade

4.3. Extinção do Estatuto da Dominialidade

Capítulo II – Regime Jurídico Imobiliário Público

1. O regime jurídico do Património Imobiliário Público - Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 82-B/2014, de 31.12

1.1. O património imobiliário do domínio público do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais;

1.2. O património imobiliário do domínio privado do do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais;

1.3. A utilização do património imobiliário público: as figuras da concessão e da cedência.

2. O regime extraordinário de regularização matricial e registral dos bens imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado e de outras entidades públicas, em particular das autarquias locais, em situação de omissão ou de incorreta ou desatualizada descrição ou inscrição nas matrizes e no registo predial - Decreto-Lei nº 51/2017, de 25 de maio.

Módulo II - Gestão:

1. Conceito e tipologia

- Instituições e políticas
- A gestão do património no contexto da atividade administrativa
- A gestão do património e o desenvolvimento sustentável

2. A gestão do património imobiliário

- Coordenação da gestão do património imobiliário
- Sistema de informação dos imóveis do estado

Bibliografia Recomendada

Amaral, D. F. (1990) – Classificação das Coisas Públicas, Dicionário Jurídico da Administração Pública, II, Direção José Pedro Fernandes, 439-441; Caetano, M. (1969), Manual de Direito Administrativo, II (8), Lisboa: Coimbra Editora, (813-923) Canotilho, G. e Moreira, V. (2007), Constituição da República Portuguesa Anotada – Artigos 1º a 107º, Coimbra Editora; Fernandes, J. (1990) – Dicionário Jurídico da Administração Pública, IV, Direção José Pedro Fernandes; Moniz, A. R. (2005), O Domínio Público – Critério e Regime da Dominialidade, Almedina, Coimbra; Moniz, A. R. (2006), O Âmbito do Domínio Público Autárquico, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano no Centenário do seu Nascimento, I, FDUC, 153-182;

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Adotar-se-á uma abordagem que concilia metodologias expositivas e exploratórias, fornecendo um sólido suporte teórico e, em simultâneo, incentivando os alunos a explorar os conteúdos fornecidos e a investigar material complementar, bem como a participar em atividades temáticas práticas lançadas pela docente, destinadas a fomentar e avaliar as competências de investigação e análise científica e crítica dos alunos. As temáticas da UC desenvolver-se-ão pela ordem definida no Programa, para as quais será fornecido material de apoio elaborado pela docente, bem como bibliografia de leitura obrigatória e material de enriquecimento. As aulas obedecerão à seguinte estrutura: (1) exploração dos conteúdos programáticos pela docente, através da apresentação de diapositivos, disponibilizados aos alunos na Plataforma Moodle; (2) discussão das matérias expostas, debate e esclarecimento de dúvidas; (3) resolução de casos práticos relativos à matéria exposta, quando aplicável.

Métodos de Avaliação

É adotado um modelo de avaliação contínua. A aprendizagem demonstrada por cada aluno será classificada numa escala de 0 a 20 valores, através da realização de um teste presencial: 70% e de um trabalho de grupo, com a ponderação de 30%. Avaliação Contínua: a classificação final será a que resultar da média aritmética, arredondada às décimas, das classificações obtidas no sistema de avaliação contínua, através da aplicação da seguinte fórmula: $CF = a70\% + b30\%$ Em que: CF = Classificação Final a – Classificação do teste escrito b – Classificação final dos trabalhos práticos desenvolvidos. A nota mínima de aprovação à UC é 9,50 valores.